

“GEOGRAFIA HUMANA SEM ESCALA”? A CRÍTICA DE MARSTON *ET AL.* (2005) AO CONCEITO DE ESCALA.

“HUMAN GEOGRAPHY WITHOUT SCALE”? THE CRITIQUE BY MARSTON *ET AL.* (2005) TO CONCEPT OF SCALE

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo expor a crítica de Marston *et al.* (2005) no texto “*human geography without scale*” ao conceito de escala na geografia humana. Para tal, apresentaremos na primeira parte do texto as principais concepções de escala desenvolvidas a partir da década de 1980 na literatura anglo-saxônica. Tal apresentação é relevante, pois trata das abordagens de escala que são os principais objetos da crítica de Marston *et al.* (2005). A crítica é sustentada pela tese de que o conceito de escala tem, necessariamente, em seu núcleo a noção de hierarquia. Em seguida, serão expostos, sistematicamente, os principais pontos da crítica e a alternativa proposta pelos autores à substituição da escala enquanto um conceito geográfico, a saber, a alternativa da “*flat ontology*” ou ontologia plana.

Palavras chaves: Escala; Geografia Humana; Ontologia Plana

ABSTRACT

This paper seeks to show the critique about the concept of scale by Marston *et al.* (2005) in the text called “*human geography without scale*”. To this, we will present, on the first part, the most important conceptions of scale available in english since 1980. That is important because such conceptions are the critique’s target. The critique is based on thesis which affirms that the concept of scale has essentially the notion of hierarchy. After that, we will expose the most important points of the critique and the alternative proposed by the authors, that is, the flat ontology.

Keywords: Scale; Human Geography; Flat Ontology

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca do conceito de escala tem crescido em grandes proporções desde à década de 1970-1980. Este período é marcante na Geografia, pois é quando as correntes críticas baseadas no materialismo histórico/dialético ganham mais força e se mostram mais presentes. É, também, caracterizado pela globalização, ou seja, pela reestruturação produtiva e pelo processo de

financeirização do capital, que trouxe questionamentos sobre o estatuto do lugar e das particularidades num mundo cada vez mais conectado (MARSTON, 2000).

Como tantos outros conceitos, o conceito de escala também sofreu alterações em razão destas mudanças. Se antes os geógrafos estavam acostumados a pensar a escala apenas a partir da óptica metodológica, no sentido de um recorte espacial para a pesquisa, depois dos trabalhos publicados por Taylor e Smith a escala passa a estar presente em outros debates envolvendo questões mais amplas e não somente associada aos procedimentos metodológicos.

Falar de escala hoje não significa, necessariamente, pensar em “grande” ou “pequena” escala ou “global” e “local”. Envolve muitas outras questões políticas e econômicas, conflitos, visibilidade, agentes sociais, hierarquia, espaço, tempo e multiplicidade. Pode-se dizer que o debate sobre escala mudou radicalmente de escala, tornou-se amplo e fecundo.

Neste artigo, tentaremos contemplar algumas dessas mudanças e expor uma das teses mais radicais sobre o tema, a saber, a tese de que o conceito de escala tem como essência a noção de hierarquia e, por essa razão, é inútil frente às transformações oriundas do processo de globalização e das organizações em redes. Em contrapartida, os autores que defendem esta tese propõem como alternativa a chamada “ontologia plana”, que tem como centrais as noções de “evento” e “local”. “Local” não entendido como um nível, mas como uma multiplicidade de conexões de todos os tipos: política, econômica, cultural, etc.

2. AS PRINCIPAIS ABORDAGENS DE ESCALA: TAYLOR, SMITH E SWYNGEDOUW

Muitos autores se debruçaram sobre as relações entre a escala e a globalização a partir do materialismo histórico/dialético, dentre eles destacamos Peter Taylor (1982), Neil Smith (1993), Erik Swyngedouw (1997; 2004). Serão expostas, resumidamente, as principais contribuições e conceitos elaborados por cada um destes autores para o enriquecimento do debate sobre a temática, buscando elucidar os pontos de convergência e divergência entre eles.

Taylor, em seu texto “*A materialist framework for political geography*” propõe um modelo em três níveis organizado sob os termos de uma escala geográfica hierárquica: a escala global, a escala da ideologia e a escala da experiência. A escala global é a realidade, a da ideologia é a do Estado-nação e a da experiência é o urbano. Seu objetivo é demonstrar as manifestações da acumulação de capital nos diferentes níveis. Ele organiza os níveis hierárquicos através do modelo dos círculos concêntricos inspirado na obra do sociólogo Immanuel Wallerstein que elaborou sua abordagem sobre o desenvolvimento do capitalismo através da relação centro-periferia (FIGURA 1).

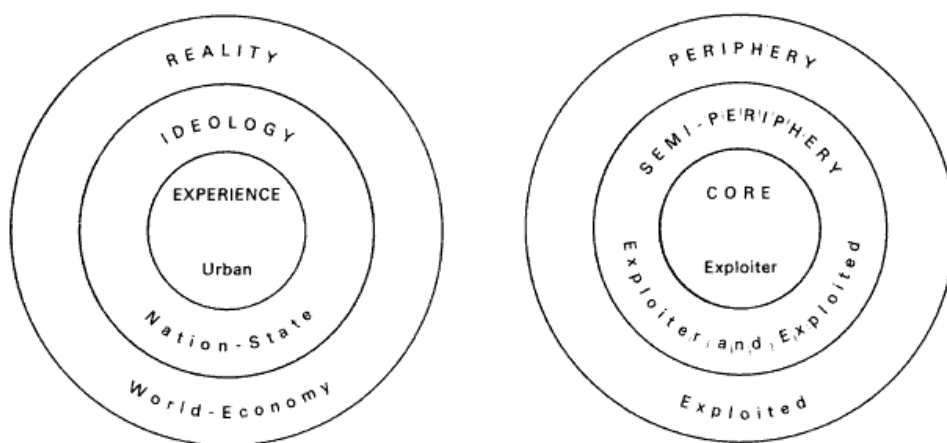


FIGURE 1. Alternative three-tiered formats of separation and control

(FIGURA 1. Extraído de: *materialist framework for political geography*, TAYLOR, 1982)

Taylor entende por “reality” uma totalidade concreta equiparável à economia-mundo. Assim, ele concede a este nível um caráter particular e de maior importância, em suas palavras a escala global se constitui como: “the ultimate scale” (TAYLOR, 1982, p. 26). Para justificar a importância da escala global, o autor afirma que foi neste nível que ocorreram as principais e mais interessantes mudanças nos ciclos econômicos de grande magnitude (baseado nos ciclos de Kondratieff), que impulsionaram transformações mais significativas nos demais círculos.

Fica nítido que há na teorização inicialmente proposta por Taylor uma valorização do ponto de vista econômico sobre os demais (*p.e* da experiência), evidenciada pelo fato de todos os demais níveis se darem dentro do “global”. Consequentemente, as relações escalares se dariam apenas nesses âmbitos global-nacional-urbano. Tal abordagem, embora coerente, teoricamente simples e geral, denota uma estrutura estratificada e hierárquica da escala ao subordinar o urbano ao global, por exemplo.

Por outro lado, quase que simultaneamente, com vistas a alcançar o mesmo objetivo de Taylor, porém buscando evitar dualismos e a abordagem estática, Neil Smith propõe a sua teoria da escala baseada, sobretudo, no conceito de “políticas de escala”, que é o principal diferencial entre as abordagens desses dois autores.

O conceito de políticas de escala torna-se crucial para os debates posteriores, pois permite a teorização sem comprometer a relação entre teoria e prática. Com a introdução deste conceito tem-se o deslocamento da escala enquanto nível (puramente abstrato) para a escala enquanto produto das ações dos grupos sociais que, por sua vez, não são estáticas, mas contínuas, logo, contingentes e de difícil delimitação.

Assim, cada ator social promove ações a fim de aumentar a sua influência e expandir a sua lógica para maior parte dos lugares, entrando em conflito com outros atores sociais, que apresentam resistências e são mais ou menos influentes no cenário da globalização. Logo, a escala não seria pré-definida por um sujeito, mas dependente das ações dos agentes sociais (SOUZA, 2013).

Complementando o sentido do conceito de políticas de escala, Neil Smith (1993) introduz também o conceito de “*jumping of scale*”, que é resultante dos conflitos entre os diferentes grupos sociais por visibilidade e extensão de suas ações. Assim, ainda que um determinado grupo social seja mais favorecido do que outro, este outro pode ativamente (mesmo que a conjuntura não favoreça) conquistar maior visibilidade, centralidade e campo de ação, esta passagem é chamada de “*jumping of scale*” ou salto escalar.

A combinação entre salto escalar e políticas de escala aponta para um campo fértil no que diz respeito ao debate sobre escala, pois o aproxima criticamente da realidade concreta. Além de poder ser amplamente utilizado nas pesquisas e pelos próprios agentes sociais para melhor compreensão da realidade da qual todos fazemos parte.

Em consonância com Neil Smith, Erik Swyngedouw expande o conceito de políticas de escala ao considerar, além das disparidades políticas e econômicas do sistema capitalista, as tensões entre os domínios culturais na construção social da escala, que foram pouco abordados na teorização do Smith (HOWITT, 2006). Para Swyngedouw a escala

(..) [A]re never fixed, but are perpetually redefined, contested, and restructured in terms of their extent, content, relative importance, and interrelation. (...) the continuous reshuffling and reorganization of spacial scales is a integral part of social strategies and struggles for control and empowerment. (SWYNGEDOUW, 1997, p. 141)

Visto que até então a terminologia do debate encontrava-se restrita a vocábulos como “global”, “local”, “regional” e que tais termos tornam-se cada vez mais problemáticos na medida em que se avança na direção de uma escala de ação, pois os limites entre eles tendem a ser dissolvidos ou reconfigurados, e conseqüentemente há um esvaziamento dos seus sentidos e pertinência, Swyngedouw foi levado a formular o conceito de “*Glocalization*” ou Glocalização, que expressa o altíssimo grau da relação entre global e local, a ponto de não poderem ser considerados separadamente no atual estágio da globalização.

Tal perspectiva deposita maior importância nas relações sociais econômicas, políticas, ambientais e culturais para a construção da escala do que nos discursos teóricos que acabam por gerar tipologias e hierarquias, algo que na abordagem da escala de ação deve ser evitado. Nota-se, portanto, um distanciamento entre as perspectivas de Taylor para a de Smith e Swyngedouw cuja razão se deve ao grau de relevância posto nas ações e relações dos atores sociais.

A perspectiva da escala enquanto construção social vai radicalizar ainda mais o papel das relações para a definição de escala, chegando em alguns casos a levar autores como Marston *et al.* (2005) a anunciarem o fim da escala enquanto conceito geográfico, defendendo que tal conceito pressupõe uma organização hierárquica, tornando-se desatualizado frente à organização dos fluxos e das relações sociais em redes.

3. OS ARGUMENTOS DE MARSTON *et al.* (2005) EM DEFESA DA EXCLUSÃO DO CONCEITO DE ESCALA NA GEOGRAFIA HUMANA.

No texto “*Human Geography without scale*” Marston *et al.* (2005) apresentam a tese segundo a qual o conceito de escala tem em seu núcleo a noção de “hierarquia” e, por isso, qualquer tentativa de argumentação do conceito seja por vias “verticais”, “horizontais” ou “mistas” não são suficientes para lidar com as exigências das análises geográficas da contemporaneidade. Em resposta, os autores propõem como alternativa a “flat ontology”.

De início eles apresentam um panorama da discussão de escala na literatura anglo-saxônica a partir da década de 1980. Eles justificam a escolha deste período, pois é a partir dele que se nota um distanciamento das abordagens de escala baseadas no empirismo e apontam como pioneiro,

neste aspecto, o trabalho de Peter Taylor (1982)¹. Além deste, seguem as apresentações das teorias de escala de Smith (1984, 1993), Brenner (2000) e Swyngedouw (2004).

Ainda que seja difícil categorizar as abordagens dos autores acima em “vertical”; “horizontal” ou “mista”, segundo Marston *et al.* (2005) na categoria do “vertical” estaria Peter Taylor que, em certa medida, mantém resquícios de elementos abstratos em suas formulações baseadas em “níveis” (global, local, regional, urbano, nacional, etc.).

Em virtude da aceitação da tese de que o conceito de escala possui essencialmente a noção de hierarquia, a abordagem “horizontal” genuína pode ser vista apenas como uma ambição e está diretamente correlacionada com teorizações através do conceito de “redes” (*networks*). Por fim, as abordagens “mistas” são aquelas que tentam articular os conceitos de escala e de rede – no par vertical-horizontal - e seriam bem representadas pelos trabalhos de Brenner e Swyngedouw.

O critério para tal classificação não é claro, mas é possível propor uma aproximação. No caso, para definir a categoria das abordagens nos termos supracitados seriam levados em consideração, com maior peso, o número de “níveis” e o modo de relação entre os “níveis” na abordagem de cada autor.² Assim, quanto mais “níveis” mais próxima a teoria da escala será da abordagem nomeada como “vertical” e quanto menos níveis mais próxima estará do ideal da “horizontalidade”.

A crítica de Marston *et al.* (2005) ao conceito de escala pode ser decomposta em três partes, a saber, a confusão estabelecida entre os significados de escala e de tamanho (extensão) [1]; a dificuldade de eliminar dualismos como micro – macro ou local – global das análises sociais [2]; a limitação epistemológica caracterizada pelo modo de relação com a realidade [3].

Sobre [1] trata-se de uma crítica à maneira como se definiu escala, seja como um **nível – vertical**, ou como **extensão / limite – dado por uma “medida horizontal”**³ (p.420), ambos caracterizam uma forma de ordenação espacial. Para Marston *et al.* (2005) não há razões para tal dualidade, pois o espaço é visto da perspectiva da “medida horizontal” como pedaços delimitados da superfície e visto da perspectiva vertical como camadas (abstratas) sobre tal superfície.

Portanto, os dois modos de conceituação têm como base o parcelamento do espaço (mensurável) ainda que com diferentes pontos de vista, ou seja, tendo o “vertical” como representante da visão “de cima” e a “medida horizontal” da visão “de baixo”. Sendo, assim, esta divisão é tomada apenas como um artifício da linguagem da hierarquia, uma vez que tais “níveis” são nomeações para as extensões ou pedaços (abstratos ou não) delimitados a partir da superfície. (MARSTON *et al.*, 2005)

Isto tem consequências importantes, pois a incorporação do sentido hierárquico através dos termos designativos dos “níveis” possui repercussão na prática social, isto é, tem efeitos materiais, já que são poderosas ferramentas discursivas ao ponto de evidenciar a posição de agentes sociais em meio aos conflitos sejam por territórios de ação ou por visibilidade (MARSTON *et al.*, 2005).

¹ Já mencionado na seção anterior.

² Na página 420 há uma tabela em que os autores expõem os termos referentes ao modo de abordagem vertical e horizontal. Os termos que designam uma abordagem de tendência vertical são: “camadas”; “elevação”; “domínio”. Enquanto que os termos que designam uma abordagem tendendo à horizontalização são: “redes”; “distância”; “lugar”; “dispersão”.

³ Não se trata de uma horizontalidade plena ou genuína, pois segundo a premissa de Marston *et al.* (2005) de que a escala essencialmente possui a noção de hierarquia seria um contrassenso afirmar, através do conceito de escala, uma horizontalidade plena.

No que se refere à [2], o fato de o conceito de escala conter essencialmente a noção de hierarquia conduz, mas não determina, ao (re) aparecimento constante de dualismos, abrigando questões da ordem de antigos debates travados ao longo da história da filosofia ocidental, tais quais: do pensamento atomista *vs* o pensamento holístico; a parte *vs* o todo; o global *vs* o local, etc., que por sua vez contêm em si outros dualismos. Atualmente, tem se discutido de forma exaustiva o dualismo global-local. Este se examinado atentamente é sustentado por outros dualismos nele contidos, no caso: espaço *vs* lugar; estático *vs* dinâmico; homogêneo *vs* heterogêneo, etc.⁴ (MARSTON *et al*, 2005).

O grande problema é que frequentemente o dualismo revela uma visão bastante reducionista dos fatos. E, se incorporado de forma banal ou acrítica acaba por nos conduzir ao conjunto dos “ismos”, isto é, ao patriotismo, ao nacionalismo, ao localismo e outros mais (MARSTON *et al*, 2005).

Em termos metodológicos a adesão desse dualismo também possui implicações significativas, ao aceita-lo é, pelo menos, reduzida a possibilidade de realizar um estudo ou pesquisa dialética (em sentido *lato*), pois ao dar privilégios ora ao global ora ao local assume-se o compromisso com os termos, com os conceitos e com outros dualismos a eles associados. Assim, aquele que pesquisar algo no “local” irá prezar e defender uma heterogeneidade *vs* a homogeneidade, tenderá a privilegiar a cultura em detrimento da economia, por exemplo. O mesmo irá ocorrer com o pesquisador que ao aceitar o dualismo se dispõe a estudar o “global”, ou seja, cairá inevitavelmente em uma espécie de isolamento.

Finalizando a primeira parte do texto, Marston *et al.* (2005) apresentam a terceira parte da crítica [3], que em suma denuncia algumas implicações da aceitação de uma teoria hierárquica no âmbito da teoria do conhecimento. Os autores afirmam que ao criar tais níveis, o pesquisador automaticamente se coloca em uma posição transcendente (no sentido de estar fora) em relação ao espaço, em busca de uma visão mais abrangente, total e objetiva. Ao fazer isto, conseqüentemente, abdica-se da tentativa de realizar um estudo reflexivo, na medida em que se desconsidera enquanto pertencente à realidade analisada, caindo, assim, na problemática relacionada ao método apontada na crítica [2].

3.1 O Argumento pela “Flat Ontology”

Uma vez apresentadas as críticas e razões que levaram Marston *et al.* (2005) a abdicarem do conceito de escala, será apresentada a alternativa proposta por tais autores a fim de evitar a hierarquia, cuja fonte é (segundo eles) de uma ontologia vertical, esta alternativa é chamada, em contraste com a ontologia vertical, de “*flat ontology*” ou ontologia plana.

A “*flat ontology*” é constituída com inspirações nas obras de filósofos como Deleuze, Latour, Spinoza e DeLanda. Tem por objetivo propor novas e mais complexas formas de relação espacial. Segundo Marston *et al.* (2005, p. 422) a “*flat ontology*”

(...) consist of self-organizing systems, or ‘onto-genesis’ (Simondon 1964 1989), where the dynamic properties of matter produce a multiplicity of complex relations and singularities that sometimes lead to the creation of new, unique events and entities, but more often to relatively redundant orders and practices.

⁴ Na página 421 há a tabela com a lista contendo outros dualismos oriundos da dualidade global-local.

A “*Flat ontology*” pode ser pensada a partir de três pilares: [1] A analítica da composição e decomposição das práticas de representação do mundo por atores sociais; [2] a atenção especial às diferentes relações que constituem o direcionamento das “forças de composição material” e que problematize, também, as tendências axiomáticas que são inclinadas a classificar e estratificar os objetos geográficos; [3] o foco em eventos localizados e não localizados que se atualizam em uma temporalidade.

O primeiro passo para se constituir uma ontologia plana é, segundo os referidos autores, abandonar a linguagem estrutural hierárquica e utilizar um vocabulário mais fiel à temática dos fluxos e do movimento. O movimento é um conceito chave na abordagem da ontologia plana. Porém, este movimento não pode ser entendido em meio a uma descontinuidade temporal, no caso não são instantaneidades, são transpassados por uma temporalidade que os confere duração, por isso, a palavra “evento”⁵ é recorrente no léxico da ontologia plana e ocupa o lugar de centralidade. Assim, por meio de uma filosofia do movimento é que se pretende eliminar o caráter estático do espaço.

Há, portanto, uma contraposição entre dois modos de tratar o espaço que reflete no conceito de escala. Se consideramos que o espaço é geometrizado, homogêneo, substrato e condição de possibilidade para qualquer diferenciação, logo, para divisão em categorias (seja escala, região, ou qualquer outra) então, aceitamos uma abordagem hierárquica. Ao contrário, se o que está em questão é o tempo, a duração, então a homogeneidade cederia lugar às singularidades e multiplicidades. Os eventos estariam em constante movimento de construção e desconstrução, numa auto organização.

O local (“*site*”) seria resultante da conexão estabelecida entre as multiplicidades pautadas nas práticas sociais interativas. Segundo Marston *et al.* (2005, p.425), inspirados em Deleuze e Bergson, o local (“*site*”) pode assumir dois estados: “atual” e “virtual”. Então, um “local” é atual se suas conexões se dão efetivamente. O virtual compõe uma zona formada por potenciais forças de relações e movimentos. “Atual” e “virtual” não podem ser pensados isoladamente, mas como um fluxo – todo atual carrega em si um elemento virtual. O atual é, assim, nada mais do que o virtual atualizado.

Apresentados elementos da gênese do local (“*site*”), concluímos que este deve ser compreendido como o “onde” no qual os processos sociais ocorrem, no caso, o vivido. Não mais considerando frações do espaço, o local (“*site*”) se apresenta como uma multiplicidade qualitativa, pois diz respeito ao tempo e não ao domínio espacial caracterizado por representações. O local (“*site*”) se dá a partir dos eventos em suas conexões *em todos os casos*.

Para finalizar, se o local (“*site*”) não é uma fração da superfície de uma realidade meramente empírica, mas uma dimensão múltipla e diversa que pode ser evidenciada através da vida social, então não há de fato necessidade ou sentido de um conceito de escala, pois todos os fenômenos se dariam exclusivamente no local (“*site*”) e não faria sentido, dentro desta abordagem, propor uma unicidade da multiplicidade, em outros termos, não seria legítimo categorizar em “níveis” a multiplicidade do local (“*site*”) que reúne em si conexões de todos tipos: econômicas, culturais, políticas, etc.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que os autores reproduzem a oposição entre espaço e tempo, pautada na filosofia de Henri Bergson. Sendo a escala pertencente ao domínio do espaço, do geometrizado, do

⁵ “event-relations” (p.424); “events-space” (p. 424)

quantitativo e do essencialmente estático. O tempo, em contrapartida, é a dimensão do movimento, das multiplicidades e da qualidade. Resultante da priorização, portanto, do tempo em detrimento do espaço é a crítica de Marston *et al* (2005) ao conceito de escala. Algumas respostas foram elaboradas a respeito deste artigo (COLLINGE, 2006; LEITNER & MILLER, 2007;). Porém, o que se faz premente é ressaltar aquilo que é central na obra de Doreen Massey (2004), ou seja, a demonstração dos perigos de priorizar o tempo em detrimento do espaço ou vice-versa. Em seu livro “Pelo Espaço” é dada ênfase ao caráter político do espaço, afirmando que este não pode ser concebido apenas como um substrato para a diferenciação, mas é objeto do discurso e tem implicações na vida social e política, logo, não pode ser visto dissociado de uma temporalidade.

Considerando isto, a crítica de Marston *et al* (2005), ainda que muito interessante, não atinge necessariamente o conceito de escala. Pois, basta não aceitar a premissa de que o conceito de escala tem em essência a noção de hierarquia (oriunda do caráter estático do espaço). A crítica se dirige, portanto, ao conceito de hierarquia e não de escala. Se admitirmos que a escala é mais ampla, ou seja, possui extensão e intensão maiores do que a de níveis analíticos, então consideramos a possibilidade de outros modos de definir escala que não levem em consideração a noção de hierarquia. Fica, assim, o desafio de propor uma definição de escala não hierárquica ou mesmo uma redefinição de hierarquia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRENNER, Niels; The Limits of Scale? Methodological reflection on scalar - **Progress in Human Geography – The Institute of British Geographers** - NS 25.4, pp. 591-614, 2001

COLLINGE, Chris. Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward **Progress in Human Geography** – The Institute of British Geographers - NS 31, pp. 244-251, 2006

HEROD, Andrew & WRIGHT, W. Melissa: **Geographies of Power: Placing Scale**, Oxford, Blackwell publishing, 2002, 328p.

HEROD, Adrew: **Scale**; New York – Routledge, 2011, 312p.

HOWITT, Richard. Scale *in* **A companion to political geography** org. AGNEW, John; MITCHELL, Katharine; TOAL, Gerard. Oxford, Blackwell publishing, 2006, 512p.

LEITNER, Helga & DELANEY, David; The Political Construction of Scale **Political Geography** – Elsevier Science Ltd; Vol 16 n° 2, pp 93-97, 1997

LEITNER, Helga & MILLER, Byron. Scale and the Limitations of Ontological Debate: a Commentary on Marston, Jones and Woodward - **Progress in Human Geography – The Institute of British Geographers** - NS 32, pp. 116-125, 2007

MARSTON, Sallie A.; JONES, John Paul III; WOODWARD, Keith. Human Geography without scale. **Progress in Human Geography** – The Institute of British Geographers - NS 30, pp. 416-432, 2005

MARSTON, A. Sallie.; The Social Construction of Scale **Progress in Human Geography** – The Institute of British Geographers - NS 24,2, pp. 219-242, 2000

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 312p.

SMITH, Neil; homeless/global: scaling places in BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTMAN, T.; ROBERTSON, G. & TICKNER, L. **Mapping the futures: local cultures, global changes**, Londres – Routledge, 1993, parte II pp.87-121.

SOUZA, Marcelo Lopes de; **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**, Rio de Janeiro – ed. Bertrand Brasil, 2013, 320p.

SWYNGEDOUW, Erick. **Neither Global not Local** in COX, R. Kevin **Spaces of globalization: Reasserting the power of local**, - New York ,Guilford Press, 1997

SWYNGEDOUW, Erik: Globalisation or ‘Glocalisation’? Networks, Territories and Rescaling ;Cambridge **Review of International Affairs**, Vol. 17, N° 1, pp. 25- 48, 2004

TAYLOR, P.J A Materialist Framework for Political Geography; **Transactions of the institute of British Geographers, New Series**, 7.1 pp. 15-34, 1982